

# TENSÕES E CONFLITOS NO SÉCULO XXI: SOBRE O ESTADO E A DEMOCRACIA, NO VIÉS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

## TENSIONS AND CONFLICTS IN THE XXI CENTURY: ON THE STATE AND DEMOCRACY IN THE PROCESS OF INTEGRATION OF BIAS

Ronald Silka de Almeida<sup>1</sup>

*“Os conceitos ‘princípio moral’ e ‘princípio da democracia’ estão interligados; tal circunstância é encoberta pela arquitetura da doutrina do direito.”  
Jürgen Habermas<sup>2</sup>.*

**SUMÁRIO:** Introdução. 1. O Estado e a democracia 1.1 O Estado. 1.1.1 Um novo paradigma. 1.2 Democracia. 2. Integração e método comunitário. 2.1 A Europa. 2.2 O Mercosul. 3. Conclusão. 4. Referências.

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo um singelo estudo sobre a relação entre o Estado soberano, a Democracia e as restrições que estes princípios podem sofrer quando da participação do Estado em sistemas de integração econômica. Como primeiro tópico, analisamos o atual conceito de Estado frente ao desenvolvimento histórico e do mundo moderno, que faz alterar a noção de soberania e nos conduz à constatação de que surge neste contexto um novo paradigma diante dos regimes democráticos de governo. Em segundo tópico, somos levados à análise dos sistemas de integração em especial do Mercosul e método comunitário desenvolvido na União Européia, que apresentam verdadeiro paradoxo em relação à soberania dos Estados e desenvolvimento democrático. Concluímos com uma sucinta análise sobre a evolução dos Estados decorrentes da formação dos blocos econômicos e processos de integração.

**Palavras-chaves:** democracia; integração; soberania

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Advogado, graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba, Especialista em Direito do Trabalho e em Formação Pedagógica do Professor Universitário, ambos pela PUCPR. Professor em Direito do Trabalho e Contratos Internacionais na Facinter. Professor Assistente no Grupo de Pesquisa: Desregulamentação do Direito, do Estado e Atividade Econômica: enfoque laboral na PUCPR. Professor convidado da Especialização em Direito do Trabalho da PUCPR. Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia na UniBrasil. Membro Pesquisador do Grupo Pátrias da UniBrasil. Diretor da AATPR – 2º tesoureiro. e-mail: ronaldsilka@gmail.com

<sup>2</sup> HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. p. 127.

This work aims at a single study on the relation of the sovereign state, democracy and the constraints that these principles can suffer when the state's participation in economic integration systems. As the first topic, we analyze the current state against the concept of historical development and the modern world, which is changing the notion of sovereignty and leads to the conclusion that arises in this context a new paradigm in the face of democratic government. In the second topic, we are led to the analysis of systems integration in Mercosur and in particular the Community method developed in the European Union, which have real paradox in relation to state sovereignty and democratic development. We conclude with a brief analysis of the evolution of States under the formation of economic blocs and integration processes.

**Keywords:** democracy, integration, sovereignty

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho traz a debate breve análise da evolução do Estado bem como a relação entre o Estado e a Democracia, sob o enfoque da soberania, haja vista que, o fundamento jurídico do Estado pressupõe o seu organismo como unidade ou seja o poder soberano é uno e indivisível. Porém, como veremos esta característica pode se subdividir em aspectos de soberania nacional, popular e ainda sofrer alterações de um novo paradigma que é o Estado Social, o que provoca uma reformulação no princípio de soberania e traz contornos do Estado Democrático de Direito.

Em uma segunda fase, a análise prosseguirá com a verificação quanto a estarem ou não os princípios de soberania e de democracia, sofrendo uma restrição e controles externos ao Estado, através dos sistemas de integração econômica e formação de blocos, como no caso do Mercosul e União Européia.

## **1 O ESTADO E A DEMOCRACIA**

Neste tópico efetuaremos uma breve análise entre a relação Estado e a Democracia, sob o enfoque da soberania, haja vista que, conforme o fundamento jurídico do Estado pressupõe o seu organismo como unidade e como característica do poder soberano a soberania una e indivisível, porém como veremos ela pode apresentar substratos teóricos de uma soberania nacional e popular.

### **1.1 O ESTADO**

Conforme, define Nguyen Quoc Dinh, *et al*, Estado: “supõe um poder central exercendo a plenitude das funções estatais sobre um território claramente definido que constitui sua base<sup>3</sup>”.

Porém, verifique-se que os Estados como atualmente o conhecemos, surgiram no interior de situações territoriais já existentes<sup>4</sup>, decorrentes de diversas transformações e tem suas origens na Europa, desde o século XIV até os nossos dias. Por óbvio que neste período tomou diversas formas quer em sua constituição, no modo de organizar os poderes e de regras gerais, que caracterizam o “Estado moderno<sup>5</sup>” ao longo de sua existência, e que tem início na idade média em que se apresenta uma fase absolutista situada entre os séculos XVI e XVII, e com o evento da Revolução Francesa que “representa uma autêntica ruptura que dá lugar a novas formas de Estado, ao Estado de direito e posteriormente ao Estado constitucional<sup>6</sup>”.

O Estado moderno europeu começa a existir a partir do século XIII, quando se faz cada vez mais evidente e visível certa tendência a organização do governo dos múltiplos territórios presentes na Europa, inicialmente há a noção de “governo do território<sup>7</sup>”.

Conforme esclarece Maurizio Fioravanti, no período anterior ao desenvolvimento do Estado moderno tem-se:

a) um senhor, que exerce de uma forma relativa os poderes de *imperium*, (ditava a justiça, cobrava impostos, convocava os súditos para a guerra, em suma comandava o sua província, condado, principado, reino, terra, num caráter feudal); b) uma assembleia representativa, neste período denominada de: *Landtage, Parliamentos, Cortes, Stati Generali* e outras; (objetivo e dupla função – colocar limites ao senhor e manter íntegros os privilégios e ordens da região); c) presença de regras, em geral de origem consuetudinária; d) um território em sentido político, objeto de dominação do senhor; e) uma assembleia que já não é exclusivamente medieval dos magnatas e dos barões, que limitavam a prestar “conselhos e auxílio” ao senhor; e) um conjunto de regras que tem origem consuetudinária, mas que de forma escrita limitam as forças do senhor, da assembleia e outros poderes.

---

<sup>3</sup> DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. tradução: Vitor Marques Coelho. 4ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 43

<sup>4</sup> HABERMAS, Jürgen. *A INCLUSÃO DO OUTRO: estudos de teoria política*. Tradução: George Sperber, Paulo Astor Soethe (UFPR), Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola. 2002. p. 127

<sup>5</sup> FIORAVANTI, Maurizio. *Estado Y constitución*. In: FIORAVANTI, M (Org.). In. *El Estado Moderno en Europa: Instituciones Y derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 2004, p. 13.

<sup>6</sup> FIORAVANTI, Maurizio. *Idem*. p. 13.

<sup>7</sup> FIORAVANTI, Maurizio. *Idem*. p. 13.

O que se verifica é que no período que antecede às origens do Estado moderno, já se faz presente um governo de um território, que atua de maneira cada vez mais disciplinada e regulada, com a intenção de reunir forças operativas sobre determinada região, com o objetivo de conduzir um objetivo comum.

Porém se observe que os senhores, continuam exercendo os poderes de “imperium”, mas perante uma pluralidade de normas, vínculos e obrigações, demonstrando a existência de um governo e um território delimitado, formando-se assim as bases do princípio da soberania.

Portanto, conforme se observa a formação do Estado moderno, passa da concentração de poderes de império, para a de institucionalização, quando então surgem normas e regras delimitando a pluralidade de poderes. Há uma transformação do Estado absoluto (concentração de poderes) para a “fragmentação” de poderes.

A princípio surge o Estado jurisdicional absolutista, forma predominante até a Revolução Francesa e as mudanças do final do século XVIII, que tem como características fundamentais:

a) Território em sentido unitário (cidades, comunidades rurais, as ordens eclesiásticas, as corporações, etc);

b) Direito – voltado mais ao conjunto, ao direito das partes e dos lugares, voltado a racionalização (direitos e obrigações); e

c) Governo – que atua cada vez mais em relação ao território – ao direito das partes que estão no local – essencialmente com intenção de manter a paz, de associação e o equilíbrio das forças existentes.

Assim, há de se observar que, o Estado absoluto vai se modificando, se estratificando ao decorrer do tempo, mas vale lembrar que o Estado absoluto francês – a forma de governo coincide com o reinado de (Luiz XIV), que se utilizava das *Ordennances* – normas de organização do processo civil e penal, que possuíam verdadeiras cláusulas de obrigação<sup>8</sup>, verdadeira força especial e suplementar, pois o direito do soberano prevalecia sobre qualquer outro direito, até a resolução final da obrigação.

---

<sup>8</sup> FIORAVANTI, Maurizio. *Idem.* p. 20-21.

Aliás, aqui vale lembrar a definição de governo citada por Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu<sup>9</sup>,

Suponho três definições, ou antes, três fatos: um é o de que o governo republicano é aquele em que o povo, coletivamente, ou só uma parte do povo, tem o poder soberano; no monárquico, um só governa, mas por meio de leis fixas e estabelecidas; no despotismo, porém, uma só pessoa, sem lei e sem regras, tudo arrasta com sua vontade e seus caprichos.

Com a revolução francesa em 1789 – ocorre uma ruptura fundamental, e surgem novas formas de governo, e com a “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”, surge a noção de “soberania”, refletida através do enunciado do artigo 3º. da referida declaração que assim dispõe: “O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer uma autoridade que não emane expressamente dela”.

Assim como surge o sentido de Estado moderno, também tem início a consciência do poder democrático – a nova forma de Estado que representa a vontade da nação soberana.

Porém há de se deixar claro, que esses Estados estão sujeitos a uma nova ordem denominada de “capitalismo” conforme cita Max Weber<sup>10</sup>, em relação às origens do Estado moderno:

O Estado, no sentido do Estado *racional*, somente se deu no Ocidente. A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada estado particular tinha que concorrer com o capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso. Da aliança forçada entre o Estado nacional e o capital nasceu a classe burguesa nacional – a burguesia no sentido moderno da palavra. É, portanto, o Estado nacional fechado que garante ao capitalismo as possibilidades de sua subsistência e, enquanto não cede lugar a um império universal, subsistirá também o capitalismo.”

Aliás, também neste sentido Raymundo Faoro<sup>11</sup>,

---

<sup>9</sup> MONTESQUIEU, *L'esprit des lois*. tradução: Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. col. Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1997. p. 239

<sup>10</sup> WEBER, Max. *ECONOMIA E SOCIEDADE: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB. 2009. p. 517.

A cidade toma lugar do campo. A emancipação da moeda circulante, atravessando países e economias até então fechadas, prepara o caminho de uma nova ordem social, o capitalismo comercial e monárquico, com a presença de uma oligarquia<sup>12</sup> governante de outro estilo, audaz, empreendedora, liberta de vínculos conservadores. [...] É o Estado moderno, precedendo ao capitalismo industrial, que se projeta sobre o ocidente.

Conforme se observa o Estado moderno resultado de uma construção histórica, é um tipo de pessoa jurídica reconhecida não só pelo Direito interno que, surge sob a influência do capitalismo monárquico, mas em especial pelo Direito Internacional e conforme explica Ian Brownlie trata-se de “uma entidade com capacidade para possuir direitos e deveres internacionais e com capacidade para defender os seus direitos através de reclamações internacionais<sup>13</sup>”, em que pese existirem outros tipos de pessoa jurídica que são reconhecidas como tais.

Portanto, se essa entidade surge de uma construção história, sob a influência de um capitalismo monárquico e tem capacidade para possuir direitos e deveres, consequentemente se faz presente a existência de critérios jurídicos da qualidade de Estado que são enunciados pelo Direito, e que estão relacionados no Artigo 1º, da Convenção de Montevideo sobre Direitos e Deveres dos Estados<sup>14</sup>:

O Estado como pessoa de Direito Internacional deve preencher os seguintes requisitos: a) ter uma população permanente; b) possuir um território definido; c) possuir um governo; e d) ter capacidade para estabelecer relações com outros Estados.

Aliás, assim Jürgen Habermas<sup>15</sup>, define Estado “é um conceito definido juridicamente; do ponto de vista objetivo, refere-se a um poder estatal soberano, tanto interna como externamente; quanto ao espaço, refere-se a uma área claramente

---

<sup>11</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2009. p. 32-33.

<sup>12</sup> Oligarquia: substantivo feminino **1** regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. **2** Derivação: por extensão de sentido. preponderância de um pequeno grupo no poder, esp. para praticar corrupção e governar em interesse próprio. HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, CD-rom.

<sup>13</sup> BROWNLIE, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gubelkian, 1997. p. 71.

<sup>14</sup> BROWNLIE, Ian. *Idem*. p. 84.

<sup>15</sup> HABERMAS, Jürgen. *A INCLUSÃO DO OUTRO: estudos de teoria política*. Tradução: George Sperber, Paulo Astor Soethe (UFPR), Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola. 2002. p. 129-130.

delimitada, o território do Estado; e socialmente refere-se ao conjunto de seus integrantes, o povo do Estado”.

Diante destes critérios, de qualidade de Estado, se observa que o conceito de soberania está contido no requisito da “capacidade para estabelecer relações com outros Estados”, porém há de se verificar que referido requisito está intimamente ligado ao de existência de governo efetivo<sup>16</sup> pois somente através deste é que o Estado pode exercer a sua capacidade.

Deduz-se, efetivamente que é critério jurídico da qualidade de Estado a “soberania”, que pode ser utilizado como sinônimo de independência.

Ainda, o que se verifica é que a soberania pode ser utilizada para descrever a condição na qual um Estado tenha exercido as suas próprias capacidades jurídicas de modo a criar direitos, poderes, privilégios e imunidades em relação a outros Estados.

Portanto, para que haja a soberania depende do fator “reconhecimento” por outros Estados e assim como categoria geral constitui uma condição de legalidade, pois implica no reconhecimento de direitos, desempenha um importante papel na resolução dos litígios, em razão de condutas unilaterais que levam ao protesto, ou mesmo ao reconhecimento ou aquiescência de outros Estados.

Justifica-se, desta forma a utilização do critério de “governo” aliado ao de “independência”, para que os Estados na prática ignorem “diversas formas de chantagem política e econômica e de interferência dirigidas contra os membros mais fracos da comunidade internacional<sup>17</sup>”.

Veja-se inclusive que para René Jean-Dupuy<sup>18</sup>, “a soberania é uma noção política e confunde-se com a independência, valor consagrado” e que “expressa sobretudo a autonomia dos governantes do Estado que agem sem ter que suportar as injunções de um Estado terceiro”.

O que se verifica na evolução do Estado é que essa associação política denominado Estado-nação apresenta como meio específico que lhe é próprio o da coação física, que lhe legitima os atos, conforme explica Max Weber<sup>19</sup>,

---

<sup>16</sup> BROWNLIE, Ian. *Idem.* p. 86.

<sup>17</sup> BROWNLIE, Ian. *Idem.* p. 86.

<sup>18</sup> DUPUY, René-Jean.. *O Direito internacional.* Coimbra: Livraria Almedina, 1993. 52.

<sup>19</sup> WEBER, Max. *op. cit.* p. 525-526.

Evidentemente, a coação não é o meio normal ou o único do Estado – não se cogita disso -, mas é seu meio específico. [...] O Estado é o único detentor e a fonte do poder de exercer a coação *legítima*. [...] O Estado justifica ser legítima a dominação sobre três fundamentos: da autoridade - do costume por respeitá-lo (dominação tradicional); a autoridade do *dom da graça* pessoal, extracotidiano (carisma): a entrega pessoal e a confiança; e em virtude da legalidade, da crença na validade de *estatutos* legais.

Aliás, para Anthony Giddens<sup>20</sup>, o alcance universal do Estado-nação no mundo é explicado por três fatores:

- a combinação do poder industrial e militar originalmente desenvolvido no Estado-nação europeu (o industrialismo está comprometido com as artes da guerra);

- vasta expansão do poder administrativo do Estado – com a possibilidade de concentrar recursos materiais e fazer florescer uma economia moderna – consolidando os recursos internos e competindo com a vasta rede de relações políticas internacionais.

- conjunto de influências – refere-se a uma série de desenvolvimentos históricos que não são derivados dos aspectos atribuídos aos Estados-nação, mas que, no entanto, influenciaram decisivamente no desenvolvimento do mundo moderno.

Todo este conjunto fomenta a doutrina do equilíbrio de poder entre os Estados, como uma ação “reguladora da política em uma arena de Estados soberanos competidores<sup>21</sup>”.

Este equilíbrio de poder faz com que a soberania dos Estados seja entendida como ato reflexo, ou seja, um Estado não é maior que o outro, mas somente existe pelo reconhecimento do outro, aliás para Georg Jellinek<sup>22</sup>, “a soberania apenas há de ser compreendida através das lutas históricas dos Estados para afirmar a sua existência, o que não ocorria na Antiguidade”.

Portanto, conforme define Anthony Giddens<sup>23</sup>,

O Estado soberano é uma organização política que tem a capacidade, dentro de um território ou territórios delimitados, de produzir leis e efetivamente sancionar a sua manutenção; exercer um monopólio sobre o controle e os meios de violência; controlar políticas básicas relacionadas à política interna ou à forma administrativa de governo; e o acesso aos frutos de uma economia que sejam a base de sua receita.

---

<sup>20</sup> GIDDENS, Anthony. *Op. cit.* p. 30.

<sup>21</sup> GIDDENS, Anthony. *Op. cit.* p. 273.

<sup>22</sup> JELLINEK, Georg. *Teoria general Del Estado*. Buenos Aires: Albatrós, 1954. p. 327.

<sup>23</sup> GIDDENS, Anthony. *Op. cit.* p. 295-296.



Portanto, se observa que a soberania resulta de um entrelaçamento de conteúdos, o poder político, o econômico e de governo.

### 1.1.1 Um novo paradigma

Entretanto, com o surgimento de um novo paradigma mundial, que é o Estado Social, o conceito de soberania está sendo reformulado conforme Mário Lúcio Quintão Soares<sup>24</sup>, “a concepção de soberania do Estado, para o de soberania popular, implicando assim na construção de um Estado constitucional democrático, alicerçado no princípio da soberania popular”.

Aliás, veja-se que José Joaquim Gomes Canotilho<sup>25</sup> define soberania popular como sendo a “que deve ser eficaz e vinculativa no âmbito de uma ordem constitucional materialmente informada pelos princípios da liberdade política, da igualdade dos cidadãos, da organização plural de interesses politicamente relevantes”.

Portanto, conforme verificamos o Estado passa por transformações e assim a partir da soberania popular se impõe a participação do povo, dando contornos de uma democracia, conforme explica Jürgen Habermas<sup>26</sup>,

Mas *integrar* o estado, no início, não significava mais do que a submissão ao poder estatal. É só com a transição ao Estado democrático de direito que deixa de prevalecer esse caráter que se faz ao indivíduo, de que ele possa integrar uma organização, para então prevalecer a condição de membro integrante do Estado conquistada agora (ao menos pela anuência implícita) por cidadãos participantes do exercício da autoridade política.

Assim, a partir desta visão passamos a efetuar a análise do sentido de Democracia.

## 1.2 DEMOCRACIA

---

<sup>24</sup> SOARES, Mário Lúcio Quintão. *A metamorfose da soberania em face da mundialização*. In PIOVESAN, Flávia (Coord.) Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional. Desafios do Direito Constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 560.

<sup>25</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e teoria constitucional*. 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 1998. p. 281.

<sup>26</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 134.

A própria definição de democracia encontra múltiplas possibilidades. Se concebermos a Democracia como aquele regime político que pressupõe a participação popular na formação da vontade estatal, então a questão do sujeito apresenta-se como central, posto que a participação nas decisões de ordem pública é precedida da integração de cada indivíduo no corpo político que toma as decisões que atingem a todos.

Conforme explica Raymond Aron<sup>27</sup>, em análise aos escritos de Alexis de Tocqueville,

[...] a democracia consiste na igualização das condições. Democrática é a sociedade em que não subsistem distinções de ordens e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão portanto implicadas na idéia da democracia a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida.

Portanto, diante da citação podemos afirmar que o autor trata a democracia considerando-a como um governo para o povo, desde que a sociedade seja homogênea, ou seja, ela é inexistente em sociedades onde se acentuam as “diferenças religiosas, ideológicas, lingüísticas, culturais, étnicas ou raciais, originando subgrupos sociais quase separados”. Consequentemente, somente é democracia quando se aplica a regra da maioria, ocorra o consenso e se promova a inclusão.

Aliás, a interpretação majoritária a definição básica de democracia é que esta significa “governo pela *maioria* do povo”, tanto é como explica Friedrich Muller<sup>28</sup>,

Democracia é uma das expressões mais indeterminadas, isto é, uma das expressões utilizadas dos modos mais distintos imagináveis, frequentemente opostos. De qualquer forma modo, a história do termo nos oferece os significados “governo” e “povo”; mas se isso resulta em algo como “governo do povo” é justamente a questão: ou melhor, já não é mais a questão.

---

<sup>27</sup> ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. tradução: Sérgio Bath. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 320-321.

<sup>28</sup> MULLER, Friedrich. *Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático* in: PIOVESAN, Flávia (Coord.) *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional. Desafios do Direito Constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 560..

E, mais adiante prossegue, esclarecendo que a referência ao “povo” é mecanismo de legitimação, posto que “o sistema deve poder representar-se como se funcionasse com base na soberania popular e na autodeterminação do povo<sup>29</sup>”.

Na democracia deve existir a necessidade e a possibilidade “de controle efetivo e permanente dos governantes pelos governados<sup>30</sup>”, passando assim de um Estado cujo poder decorre de uma soberania estatal, para a soberania de cunho popular transformando os direitos dos súditos “em direitos do homem e do cidadão, ou seja, em direitos liberais e políticos de cidadania<sup>31</sup>”.

Como observado a forma que envolve a democracia, sustenta a concepção de que é um sistema desejado pelo povo, que ao ser estabelecido é legitimado pelos cidadãos seus autores. Aliás, esta é a definição fornecida por Jürgen Habermas<sup>32</sup>, “o Estado constitucional democrático, de acordo com a idéia que o sustenta, é uma ordem desejada pelo próprio povo e legitimada pelo livre estabelecimento da vontade desse mesmo povo. Segundo Rousseau e Kant, os destinatários do direito também devem entender-se como seus próprios autores”.

Aliás, deve haver a compatibilidade entre o regime democrático e os direitos fundamentais para que ocorra a efetiva democracia, conforme expõe Dimitri Dimoulis<sup>33</sup>, haja vista que, “a democracia é o requisito da garantia jurídica e de efetivo respeito a tais direitos. Por sua vez, esses direitos são pré-requisitos da democracia, permitido ao indivíduo participar dos processos democráticos”.

Assim, observando que através do Estado Democrático de Direito, o papel do povo se apresenta como instância global de legitimidade haja vista que, como participante consciente de um território, somado ao sentimento de pertença e além de criar a idéia de nação, cria uma unidade política partilhada, cujos membros “se podem sentir responsáveis *uns pelos outros*<sup>34</sup>”.

---

<sup>29</sup> MULLER, Friedrich. *Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático* in: PIOVESAN, Flávia (Coord.) Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional. Desafios do Direito Constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002. P. 560.

<sup>30</sup> DIMOULIS, Dimitri. *Estado nacional, Democracia e Direitos Fundamentais, Conflitos e Aporias*. in: CLÈVE, Clèmerson Merlin, SARLET, Ingo Wolfgang. PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coordenadores). Direitos Humanos e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007. p. 30.

<sup>31</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 135.

<sup>32</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 135.

<sup>33</sup> DIMOULIS, Dimitri. *Op. cit.* p. 31.

<sup>34</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 135.

Na democracia o Estado é soberano no plano externo, porém a soberania popular controla e participa do governo através de seus representantes no plano interno, através da proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais.

Assim, ressalta José Joaquim Gomes Canotilho<sup>35</sup> em relação à construção do Direito Constitucional no Estado Democrático de Direito,

Se ontem a conquista territorial, a colonização e o interesse nacional surgiam como categorias referenciais, hoje os fins dos Estados podem e devem ser os da construção de ‘Estados de Direito Democráticos, Sociais e Ambientais’, no plano interno e Estados abertos e internacionalmente amigos e cooperantes no plano externo.

Portanto, o povo, aquele que habita determinado território, possui um sentimento de pertença possui uma cultura política que, é concebido como uma nação de cidadãos vinculados a um Estado, “é fonte de legitimação democrática<sup>36</sup>”, não estaria sofrendo uma restrição na forma de seus direitos liberais e de liberdade política à participação no controle do Estado, quando então se apresentam os sistemas de integração econômica e formação de blocos, como no caso do Mercosul e União Européia.

Aliás, para Carl Schmitt<sup>37</sup>, “a democracia como princípio de organização política se contrapõe à igualdade de todos os seres humanos. Tentar fundamentar a democracia na qualidade de ser humano significa privar os Estados de sua *essência*”. Esclarecemos aqui que Schmitt usa o termo *essência* para designar a soberania do Estado, portanto como se observa referida teoria apresenta tese diametralmente oposta à que vem sendo construída e que passamos a analisar no próximo tópico.

## **2 INTEGRAÇÃO E MÉTODO COMUNITÁRIO – UNIÃO EUROPÉIA**

Os sistemas de integração e de método comunitário da União Européia, já de pronto apresentam verdadeiro paradoxo em relação ao aspecto soberania dos Estados, uma vez que podem criar: questões polêmicas sobre fronteiras, conflitos sociais decorrentes do multiculturalismo, trazer imperativos de uma política voltada a interesses

---

<sup>35</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Op. cit.* p. 1217.

<sup>36</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 137.

<sup>37</sup> SCHMITT, Carl. *Verfassungslehre*. Berlin:Duncker & Humblot, 1993. p. 234.

de outros Estados, motivadas por razões econômicas, conforme René-Jean Dupuy<sup>38</sup> na organização os Estados, “eles próprios participam em pé de igualdade: é a democracia directa interestadual”, e mais ao definir a democracia em “direta e representativa”, esclarece que na representativa “ela marca um progresso de coesão dos Estados”, pois “estes admitem que juntos constituem uma entidade nova cuja vontade pode ser expressa apenas por alguns deles, escolhidos para os representar, da mesma maneira que, na ordem interna<sup>39</sup>”.

Aliás, o paradoxo maior está em que os Estados modernos desde a sua formação sempre lutaram para serem reconhecidos com o objetivo de manterem íntegra a sua soberania e agora de forma “aparentemente” contraditória se associam criando organizações e blocos com o intuito de fortalecimento da soberania econômica.

## 2.1 A EUROPA

Inicialmente, analisemos a Europa, que conforme Manuel Carmo Ferreira é de se questionar a identidade da Europa como uma terra sem identidade definida, tratando-se de uma problematização filosófica envolvendo a realidade a aparência e a ordem factível, tanto é que a “a Filosofia é uma idéia européia e a Europa é também uma idéia filosófica<sup>40</sup>”, tratando-se de um

lugar de clivagens, hiatos e discontinuidades, a sua história tem sido um perpétuo esforço de autoproblematização, de autodeterminação de uma unidade sempre instável que as diferenças exarcebadas até ao paroxismo da guerra pontuam: croatas, sérvios e albaneses, na dificuldade da sua convivência, são bem um afloramento actual de uma história de séculos que atesta a realidade européia como uma *discórdia*, apesar de tudo *concors*, ou de uma *concordia* sempre *discors*<sup>41</sup>.

Em referência à tentativa de criação de um estado europeu através da ascensão do nazismo, o autor deixa claro que “não há uma zoologia dos povos<sup>42</sup>”, nem tampouco

---

<sup>38</sup> DUPUY, René-Jean. *O Direito internacional*. Coimbra: Livraria Almedina, 1993. p. 110.

<sup>39</sup> DUPUY, René-Jean. *Op. cit.* p. 112.

<sup>40</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *A Idéia de Europa na Filosofia Contemporânea: O futuro de um passado, contra os que pensam que tudo começa agora*. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. *Cidadania e Construção Européia*. Coimbra: Sodilivros, 2005. p. 117.

<sup>41</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 117.

<sup>42</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 119.

deve ser aplicado a irracionalidade do racismo, haja vista que a Europa é: “uma figura espiritual<sup>43</sup>”, que ganha corpo através de suas obras, instituições e organizações, mas que entretanto continua sendo uma figura “fragmentada<sup>44</sup>”, permeada de diferenças principalmente decorrente de um ‘multilinguismo’ que, “é o símbolo mesmo do pluralismo das tradições políticas, religiosas, étnicas, e culturais e a sua redução em nome da simplificação e da economias nas relações seria de facto um empobrecimento e um achatamento das possibilidades de expressão da realidade europeia<sup>45</sup>”.

A questão da União, “instaura uma nova concepção de uma política deliberativa, que obriga a repensar os conceitos clássicos de soberania, Estado-Nação, democracia, cidadania e sociedade civil como redes de comunicação e instâncias de interação<sup>46</sup>”.

Em razão de a Europa, ter em suas origens um passado colonial agressivo e eurocrático, de uma sociedade em que a ética-política de cidadãos se alimenta de um fluxo de conteúdos de um processo de institucionalização legal, demonstra que para a formação de uma nova identidade, se faz necessário a presença de uma Constituição, que agirá como instrumento simbólico de fundação e formação de uma identidade europeia, como meio de integração e reconhecimento do multilinguismo, valorização e integridade de todas as culturas nacionais.

Para Acílio da Silva Estanqueiro Rocha<sup>47</sup>,

Europa é uma realidade feita pelo homem, não pela natureza; é uma realidade autenticamente humana, um continente humano não geográfico. Daí que Europa é antes de mais nada uma *sociedade* e, depois, uma *nação*; o *nacional*, e portanto os nacionalismos, são algo de conseqüencial à sociedade. A sociedade, não a *nação*, é o fundamento de Europa.

Entretanto, para Ortega Y Gasset<sup>48</sup>, “a *nação* não pode ser nunca *só*; a *nação* concebe-se na *pluralidade*, por isso, Europa é essencialmente *pluralidade de nações* e, portanto, Europa é e há de ser o *equilíbrio permanente dessas nações*”.

---

<sup>43</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 119.

<sup>44</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 119.

<sup>45</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 120.

<sup>46</sup> FERREIRA, Manuel Carmo. *Op. cit.* p. 125.

<sup>47</sup> ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro. *A idéia de Europa em Ortega Y Gasset. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. Cidadania e Construção Européia. Coimbra: Sodilivros, 2005. p. 142.*

<sup>48</sup> ORTEGA Y GASSET, José. *De Europa meditatio quaedum, em Europa y La Idea de nación. Madrid: Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1998. p. 45*

Assim, o que se observa é o paradoxo os Estados entendem que devem conservar a sua soberania, porém em suas relações devem se associar a outros Estados para o fortalecimento e a manutenção da paz, e esse processo na Europa começa a ser fomentado da seguinte forma:

a) com a integração econômica, através do Tratado de Roma de 1957, surge a Comunidade Européia exigindo o a criação de um mercado comum e a coordenação de políticas econômicas e sociais a ser aplicada nos Estados-membros, bem como a criação da Comissão, o Conselho, o Parlamento e a Corte Européia, com a finalidade de administrar os assuntos da Comunidade e dos membros;

b) Em 1991 foi assinado o Tratado de Maastricht, passando a Comunidade Européia a ser tratada como União Européia, e aqui é de se observar que o referido tratado teve como finalidade, conforme esclarece Flávia Piovesan<sup>49</sup> os seguintes aspectos:

a) promoção do progresso social e econômica, facilitado pela união monetária e econômica; b) implementação de uma política externa e de uma política de segurança comum, com a busca da preservação da paz; c) cooperação na justiça e nos assuntos internos dos Estados, mediante o princípio da subsidiariedade; d) estabelecimento de uma cidadania comum e e) desenvolvimento e consolidação da democracia na região, com a observância do Estado de Direito e com o respeito aos direitos e às liberdades fundamentais. (grifos nossos)

c) Em 1997 é firmado o Tratado de Amsterdã, que entra em vigor em 1999, proclamando que: “A União Européia é fundada nos princípios da liberdade, democracia, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e Estado de Direito<sup>50</sup>”, contendo no referido tratado o alerta de que os Estados membros que não observarem ou violarem de forma reiterada os direitos humanos sofrerão sanções políticas e econômicas a serem aplicadas pela união.

---

<sup>49</sup> PIOVESAN, Flávia. *Globalização Econômica, Integração Regional e Direitos Humanos*. in: PIOVESAN, Flávia (Coord.) *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. Desafios do Direito Constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002. p. 49.

<sup>50</sup> PIOVESAN, Flávia. *Op. cit.* p.48.

Portanto, se constata que o modelo comunitário da União Européia, conforme observa Elizabeth Accioly<sup>51</sup>, “consiste na limitação da soberania dos Estados, de forma a assegurar o poder de integração, em que a relação é vertical, vinculando os Estados-membros ao chamado Direito Comunitário, com primazia em relação a todo o Direito nacional”.

Assim, o que se observa é que o processo de integração da União Européia, orienta-se pelo modelo supranacional, ou “seja implica a cessão de direitos de soberania dos Estados membros às instituições da União Européia, estando vigente a supremacia e a aplicação direta do Direito Comunitário em relação ao Direito Interno dos Estados<sup>52</sup>”.

Para Jürgen Habermas, com esse modelo supranacional, não só o Estado tem a sua autonomia reduzida, mas também “a autonomia dos cidadãos é prontamente diminuída na proporção do componente moral da autodeterminação ligada á cidadania reconhecida pelo Estado e realocada para o fundamento de uma autonomia privada<sup>53</sup>”.

A União tendo ciência destes aspectos, da possibilidade e falta de efetivação dos direitos fundamentais do estado democrático de direito, faz constar em nas normativas da Convenção, conforme explica Guilherme Oliveira Martins<sup>54</sup> que,

Em todas as suas actividades, a União deve respeitar o **princípio da igualdade dos cidadãos europeus**, que “beneficiam de igual atenção por parte das instituições da União” (Artigo I-44). [...] A **democracia participativa** europeia é tratada autonomamente, afirmando a Convenção que as instituições da união dão aos cidadãos e às associações representativas, pelas vias apropriadas, a possibilidade de “fazer conhecer” e de “trocar publicamente as suas opiniões” sobre todos os aspectos da acção da União.

O fato é que o Estado ao participar dessa “organização”, deixa de ser supremo e sofre limites, submetendo de forma reflexa o cidadão às normas da União, fazendo causar assim efetiva redução da soberania popular e na participação democrática do povo nas decisões da comunidade, em que pese a existência de uma cláusula democrática compondo a Convenção da União.

---

<sup>51</sup> ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional*. Curitiba: Juruá, 1998. p. 27-28

<sup>52</sup> PIOVESAN, Flávia. *Op. cit.* p.48.

<sup>53</sup> HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.* p. 149.

<sup>54</sup> MARTINS, Guilherme de Oliveira. *Sobre o Tratado Constitucional Europeu*. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. *Cidadania e Construção Européia*. Coimbra: Sodalivros, 2005. p. 99.



## 2.2 O MERCOSUL

O Mercosul ou Mercado Comum do Cone Sul, é o resultado de um processo de aproximação entre os países do “Cone Sul”, da América Latina – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, através do Tratado de Assunção de 1991. Sendo que em 1996 o Chile e a Bolívia foram incluídos no processo.

O objetivo básico da referida integração era a ampliação dos mercados nacionais dos Estados partes através da integração, “como condição fundamental para acelerar seu processo de desenvolvimento com justiça social<sup>55</sup>”.

Sendo que, conforme esclarece Flávia Piovesan<sup>56</sup>, os objetivos iniciais fixados para o referido mercado eram:

- a) a livre circulação de bens, serviços, mercadorias e fatores produtivos entre os países; b) a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados; c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre Estados, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre Estados; e d) o compromisso dos Estados de harmonizar suas legislações, para lograr o fortalecimento de integração.

Portanto, o objetivo principal do Mercosul era simplesmente a integração econômica, que entretanto foram sendo ampliados gradativamente através de Protocolos que foram firmados pelos Estados partes posteriormente, como por exemplo:

Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias, de 1991 – estipula normas e regras para a solução de controvérsias entre os Estados partes;

Protocolo de Las Leñas, de 1992 – estipula cooperação e assistência jurisdicional em matéria civil, comercial e trabalhista e administrativa;

Protocolo de Medidas Cautelares, de 1994 – estipula normas para o cumprimento das medidas cautelares destinadas a impedir a irreparabilidade de dano em relação às pessoas, bens e obrigações;

---

<sup>55</sup> PIOVESAN, Flávia. *Op. cit.* p.55.

<sup>56</sup> PIOVESAN, Flávia. *Op. cit.* p.55.

Protocolos de Santa Maria e de Defesa de Concorrência do Mercosul, ambos de 1996 – que tratam respectivamente sobre a jurisdição Internacional em matéria de relações de consumo e do Direito do Consumidor e da Concorrência;

Protocolos de Integração Cultural para favorecer o enriquecimento e a Difusão de Integração Cultural e Artísticas do Mercosul, e o Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas universidades dos Países do Mercosul, de 1996 – tratam de normas e atividades a serem desenvolvidas na área da educação e da cultura dos Estados partes;

Sendo que hoje já são mais 130 (cento e trinta) documentos<sup>57</sup>, entre Protocolos e Acordos, firmados entre os Estados partes, envolvendo diversas áreas de interesse, ampliando sobre maneira os objetivos do Mercosul, tais como: matéria ambiental, reconhecimento e validade de documentos dos cidadãos do Mercosul; direitos dos trabalhadores, envolvendo o emprego, salários e seguridade social (aposentadoria).

Ainda há de se acrescentar que para a integração dos Estados partes e a permanência do Mercosul é requisito essencial a existência e vigência da democracia como forma de governo, tanto é que na X Reunião do Conselho do Mercado Comum, ocorrido em San Luis na Argentina, 25 de Junho de 1996<sup>58</sup> foi assinada a "Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL", bem como o Protocolo de Adesão da Bolívia e do Chile a essa Declaração, instrumento que traduz a plena vigência das instituições democráticas, condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul.

Verifique-se, também que na mesma ocasião, foi assinada uma Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, da Bolívia e do Chile, reafirmando seu respaldo aos direitos legítimos da República Argentina na disputa de soberania sobre a questão das Ilhas Malvinas<sup>59</sup>.

Sendo que posteriormente, na Reunião do Conselho do Mercado Comum, em julho de 1998, os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e das Repúblicas da Bolívia e do Chile assinaram documentos ratificando o interesse e compromisso democrático que deve envolver as relações dos Estados para a existência do Mercosul:

---

<sup>57</sup> Disponível em: <http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/.htm>. Acesso em 04 ago. 2011.

<sup>58</sup> Disponível em: [http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid). Acesso em 04 ago. 2011.

<sup>59</sup> Disponível em: [http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid). Acesso em 04 ago. 2011.

- Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático - através desse documento os seis Estados partes reconhecem a vigência das instituições democráticas como condição indispensável para a existência e o desenvolvimento dos processos de integração, e que toda alteração da ordem democrática é um obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração regional;

- Declaração Política do Mercosul, da Bolívia e do Chile como zona de Paz, mediante a qual os seis Estados manifestam que a paz é um elemento essencial para a continuidade e para o desenvolvimento do processo de integração regional.

Sendo que em 2007, por meio da Decisão CMC N° 05/07, foi criado o Observatório da Democracia do Mercosul (ODM), levando em conta que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração do Mercosul.

Por óbvio que no Mercosul a incorporação das normas e o seu cumprimento ainda fica restrito ao interesse nos Estados e às decisões provenientes dos tribunais internos, haja vista que inexistente um órgão de execução, um Tribunal que os obrigue ao cumprimento das normas, o Tribunal Permanente de Revisão criado pelo Protocolo de Olivos funciona de forma preponderante como órgão consultivo<sup>60</sup>.

### **3 CONCLUSÃO**

Através do presente estudo se pode observar a evolução dos Estados decorrentes da formação dos blocos econômicos e processos de integração, bem como os reflexos que essas formações imprimem aos princípios de soberania e democracia.

Constata-se de forma evidente que, quer seja no processo de formação e manutenção da União Européia ou no de integração de mercados como no Mercosul, que em ambos os casos os Estados partes sofrem uma alteração no princípio externo de soberania, com reflexos nas concepções de democracia a serem aplicadas no âmbito interno dos Estados.

---

<sup>60</sup> O Tribunal permanente de Revisão (TPR ), criado pelo Protocolo de Olivos e sediado em Assunção, “poderá emitir opiniões consultivas que forem solicitadas pelos Tribunais Superiores de Justiça dos Estados Partes com jurisdição nacional” (art. 4º. 1do Regulamento do Protocolo de Olivos, Decisão CMC n° 37/03). Primeiro relatório sobre a aplicação do Direito do Mercosul pelos Tribunais Nacionais (2003). 2ª ed. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, Oficina Uruguay, 2006. p. 209.

Por óbvio na União Européia, ocorre o plano supranacional através do qual o Estado parte de forma clara sede parte da sua soberania para a União, através do comprometimento de observar os princípios democráticos de igualdade e liberdade.

Com relação ao Mercosul, o sistema de integração se faz mediante protocolos, tratados e acordos, através dos quais há uma interrelação de normas dos Estados sem que afete de forma direta a soberania dos Estados partes, porém a integridade do sistema é condicionada à manutenção do sistema democrático no sistema interno dos Estados. Sendo então neste ponto que há uma sujeição dos Estados partes às normas do compromisso de integração, há uma submissão parcial de sua soberania perante a organização.

Portanto, pudemos observar que tanto em um sistema (União Européia como no Mercosul) os Estados se submetem, sem que percam o seu poder soberano interno, às normas fundamentais das organizações a que se filiam com o comprometimento de observar a soberania popular e a manutenção dos princípios do Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. *Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional*. Curitiba: Juruá, 1998.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. tradução: Sérgio Bath. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e teoria constitucional*. 2ª Ed. Coimbra: Almedina, 1998.

DIMOULIS, Dimitri. *Estado nacional, Democracia e Direitos Fundamentais, Conflitos e Aporias*. in: CLÈVE, Clèmerson Merlin, SARLET, Ingo Wolfgang. PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coordenadores). *Direitos Humanos e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLER, Patrick; PELLET, Alain. *Direito Internacional Público*. tradução: Vitor Marques Coelho. 4ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 43

DUPUY, René-Jean. *O Direito internacional*. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2009.

FERREIRA, Manuel Carmo. *A Idéia de Europa na Filosofia Contemporânea: O futuro de um passado, contra os que pensam que tudo começa agora*. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. *Cidadania e Construção Européia*. Coimbra: Sodilivros, 2005.

FIORAVANTI, Maurizio. *Estado Y constitución*. In: FIORAVANTI, M (Org.). In. *El Estado Moderno en Europa: Instituciones Y derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *A INCLUSÃO DO OUTRO: estudos de teoria política*. Tradução: George Sperber, Paulo Astor Soethe (UFPR), Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, CD-rom.

<http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/.htm>.

[http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid).

MARTINS, Guilherme de Oliveira. *Sobre o Tratado Constitucional Europeu*. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. *Cidadania e Construção Européia*. Coimbra: Sodilivros, 2005.

MONTESQUIEU, *L'espirit des lois*. tradução: Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. col. Os Pensadores, São Pualo: Nova Cultural, 1997.

MULLER, Friedrich. *Que grau de exclusão social ainda pode ser tolerado por um sistema democrático in:* PIOVESAN, Flávia (Coord.) *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional. Desafios do Direito Constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. *De Europa meditatio quaedum, em Europa y La Idea de nación*. Madrid: Revista de Occidente en Alianza Editorial, 1998.

PIOVESAN, Flávia. *Globalização Econômica, Integração Regional e Direitos Humanos*. in: PIOVESAN, Flávia (Coord.) *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional. Desafios do Direito Constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

Primeiro Relatório Sobre a Aplicação do Direito do Mercosul Pelos Tribunais Nacionais (2003). 2ª ed. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, Oficina Uruguay, 2006.

ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro. *A idéia de Europa em Ortega Y Gasset*. In: SOROMENHO-MARQUES, Viriato. et al. *Cidadania e Construção Européia*. Coimbra: Sodilivros, 2005.

SCHMITT, Carl. *Verfassungslehre*. Berlin:Duncker & Humblot, 1993.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *A metamorfose da soberania em face da mundialização*. In PIOVESAN, Flávia (Coord.) *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. Desafios do Direito Constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

WEBER, Max. *ECONOMIA E SOCIEDADE: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB. 2009.